
AUGUSTO SANTOS SILVA
Faculdade de Economia do Porto

Tradição, Modernidade e Desenvolvimento: Portugal na Integração Europeia (*)

147

A reflexão sobre o processo de integração de Portugal na Comunidade Europeia tem sido dominada pelo tema de modernização. É certamente importante valorizar esta oportunidade de modernização da nossa sociedade e do nosso Estado e examinar as mudanças e as tensões sociais que têm acompanhado a integração. Contudo, não deveremos ficar por uma utilização acrítica do tema da modernização.

Assim, o presente artigo quer chamar a atenção para um facto que não

parece suficientemente reconhecido. Se pensarmos, sobretudo, na relação das nossas classes populares com as mudanças associadas à integração europeia, notaremos como estruturas sociais e padrões de conduta que nos habituamos a qualificar como tradição vão constituindo um dos mais importantes, se não o mais importante, factor de assimilação daquelas mudanças.

Este facto reforça a necessidade de pensarmos a relação entre tradição, mudança e desenvolvimento.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, formalizada em 1986, constituiu o acontecimento crucial da história nacional nos anos 80. O seu significado sociopolítico deve ser entendido tendo também em conta mudanças, ocorridas nas décadas imediatamente anteriores: a intensificação da emigração portuguesa para a Europa Ocidental, designadamente para a França e a República Federal da Alemanha, nos anos 60 — principal factor da diminuição da população entre 1960 e 1970; a travagem deste fluxo, na década seguinte, motivada sobretudo pelas restrições tomadas pelos países de acolhimento; a eclosão da guerra colonial em África, nos anos 60, o seu fim, em 1974, e o processo de independência das ex-colónias — e, portanto, o redimensionamento de Portugal como país europeu; a amplitude revolucionária da crise política de 1974-75, despoletada pelo movimento militar que derrubou a ditadura;

1. Um olhar sociológico

(*) O presente artigo reproduz o texto de uma comunicação ao II Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, que teve lugar em São Paulo, Brasil, em Agosto de 1992

a subsequente implantação de um regime de democracia política.

A evolução da sociedade portuguesa, nos últimos anos 80 e primeiros anos 90, tem sido marcada pela dinâmica de integração europeia. Parece pertinente, pois, pensar sociologicamente as mudanças actualmente em curso e as perspectivas de desenvolvimento social a médio prazo, partindo dessa referência maior da nossa história recente.

O discurso doutrinário mais corrente tem proposto a interpretação do processo social de integração europeia sob o tema da modernização. Ora sob a forma de fatalidade, ora de oportunidade — que é preciso ganhar-se, mas pode perder-se —, a integração seria o principal vector da transformação de uma sociedade tida por tradicional e fechada, numa sociedade moderna e aberta. A contraposição de moderno a tradicional e de aberto a fechado faz-se por aplicação fiel das dicotomias polares características das teorias da modernização. Assim o que está antes ou o que possa passar ao lado da integração é estigmatizado como arcaico; e, simetricamente, não parece conceber-se alternativa para estratégias de modernização que não dependa principal ou até exclusivamente do processo de integração no quadro prevalecente na actual Comunidade Europeia.

A sociologia dá-se felizmente mal com a elaboração de cenários estratégicos, eventualmente sedutores, mas pouco atentos à diversidade das situações existentes e à imprevisibilidade da acção humana. Mas o conhecimento que vai permitindo acumular sobre as realidades sociais e a perspectiva analítica que põe em prática constituem importantes contributos para a reflexão crítica sobre o nosso presente e os futuros possíveis.

Procurando aplicar este princípio e ensaiar uma reflexão crítica sociologicamente ancorada no caso português, creio dever, desde logo, propor duas balizas.

A primeira é que a modernização há-de ser tratada, não como o padrão inquestionável de aferição da bondade ou eficiência dos processos sociais, mas antes como matéria de discussão. A nossa reflexão terá de incorporar, designadamente, os debates teóricos e ideológicos sobre a relação entre elementos e orientações por vezes chamados “pré-modernos”, “modernos” e “pós-modernos” — isto é, deve pelo menos considerar que o quadro de objectivos e estratégias configurado pelas políticas de modernização constitui tema de análise e objecto de crítica. Se parece ser útil, para efeitos

de argumentação e comunicação recíproca, dispomos de termos de referência, então creio mais pertinente escolhermos o do desenvolvimento — porque menos fechado doutrinariamente, menos preso da vinculação ao modelo histórico dos países industrializados e mais atento, embora ainda insuficientemente atento, às especificidades e às vantagens das especificidades das diversas sociedades e projectos sociopolíticos.

Segunda baliza: não nos confrontamos com processos de sucessão, pura e simples, mas, pelo contrário, com dinâmicas bem complexas de coexistências, adaptações, dissoluções, reemergências, reestruturações, cruzamentos. Este ponto é que fica irremediavelmente obscurecido sempre que transpomos mecanicamente dicotomias polares que funcionam como se os pólos fossem mutuamente exclusivos e esgotassem, na sua oposição, o leque de casos possíveis. Assim, não se pode dizer, sem mais adjectivação, que a sociedade portuguesa era tradicional e fechada, antes da integração, e agora com ela se abriu e poderá modernizar-se. Os elementos de abertura, modernização, globalização — que os há, são actantes e devem ser retidos — carecem de ser interpretados, como mandam as regras da explicação sociológica, por referência às totalidades, complexas e estruturadas, que se configuram empiricamente.

149

Nestes termos, vale a pena pensar nalgumas tendências pesadas associadas às novas modalidades de estruturação do sistema-mundo e da inserção de Portugal nele. A globalização da vida social, à escala mundial, tem sido conduzida, sobretudo, pelos processos de internacionalização económica, de difusão planetária das indústrias de informação e lazer, de translocalização maciça de pessoas e grupos (Santos, 1990b: 8). Os ritmos e as direcções de globalização são, contudo, diferenciados, segundo as esferas de acção e organização — um ponto que é necessário ter em mente ao considerar o papel dos Estados-nações na conjuntura actual e as descoincidências entre os níveis de internacionalização das actividades económicas e de inovação tecnológica e os das organizações administrativas, políticas e socioculturais (Wallerstein, 1991: 158-199). A mundialização não significa uniformização: as realidades e as identidades civilizacionais, nacionais, regionais ou locais, não são suprimidas, mas reequacionadas; e as singularidades e diversidades não deixam de ser funcionais à lógica da própria transna-

2. As tensões sociais da integração

cionalização da economia, construindo mercados diferenciados (Petrella, 1990: 30). Ao mesmo tempo, a estruturação do sistema-mundo, com o domínio dos países centrais, (re)produz desigualdades profundas entre nações e conjuntos de nações e impõe uma lógica de orientação e avaliação social com importantes elementos de uniformização. A globalização da vida social configura um reordenamento qualitativo das coordenadas espaço-temporais do quotidiano das pessoas e dos grupos (Giddens, 1991: 520). Mas se tal reordenamento vai no sentido de movimentos de desterritorialização, a desterritorialização é também uma reterritorialização (Santos, 1990b: 8-13). O que quer dizer, além do mais, isto: o enraizamento espaço-temporal — ao nível de espaços e tempos vividos, lugares e histórias de referência, e desde a escala mais micro, alguma terra que possa ser interpretada e utilizada como terra própria, sinal e factor de pertença e identificação comunitária — não deixa de constituir um acto cultural crucial de qualquer actor social, e, designadamente, daquele que for muito penalizado pela estrutura de distribuição de recursos e poderes que se desenha a níveis transnacionais.

Neste quadro, o processo de integração europeia tem verosimilmente acelerado, em Portugal, a dinâmica de internacionalização económica; tem introduzido elementos de reordenamento da estrutura do Estado nacional, consolidando e reequacionando o regime político democrático e condicionando crescentemente algumas das mais importantes orientações estratégicas dos actores políticos; e tem aumentado a intensidade e a amplitude do impacto de referências urbano-cosmopolitas, no domínio dos valores, das representações e dos estilos de vida (cfr. E. Lopes *et al.*, 1989). Mas tudo isto se faz segundo velocidades, formas e efeitos diferenciados, conforme os espaços e os grupos sociais abrangidos.

Se pensarmos nos pontos nevrálgicos da evolução das nossas estruturas e práticas sociais, identificados pela recente investigação nas ciências sociais, creio que será útil, para o nosso debate, sublinhar quatro tópicos principais.

Primeiro: o processo de integração europeia pode ter agravado, e ir agravando, a descoincidência articulada entre relações de produção e relações de reprodução social, que Boaventura de Sousa Santos (1990a) sugeriu constituir o traço mais distintivo da nossa situação actual, como país europeu semiperiférico. Há boas razões para pensar que

serão muito fortes os efeitos na esfera do consumo e dos modos de vida, associados à nossa integração no mercado único europeu; e provavelmente mais fortes, além de descoincidentes e talvez contraditórios com os efeitos, no domínio do tecido produtivo, associados a uma dinâmica de internacionalização na qual o papel da economia portuguesa continue sendo marcado por especialização tradicional e dependente (cfr. M. João Rodrigues, 1991: 47-64).

Segundo: desde 1976, fechado e, em parte, incorporado o período revolucionário na normalização política num quadro democrático, a cultura democrática tem-se difundido e consolidado. A importância da integração europeia, neste movimento, não deve ser desprezada. Não só os princípios e os procedimentos constitutivos da democracia representativa, como modo de exercer e legitimar o poder de Estado, parece terem entrado na rotina prática de um conjunto muito alargado da população; como também se tem desenvolvido, e designadamente entre as gerações mais jovens, uma atitude social caracteristicamente democrática, de valorização da liberdade pessoal e da tolerância face ao outro.

Contudo, a este desenvolvimento da cultura de liberdade e da democracia política representativa não parece ter correspondido consolidação equivalente de, pelo menos, outros dois processos. Refiro-me, por um lado, ao enraizamento do que poderíamos agora chamar uma cultura democrática da participação — baseada no reconhecimento do direito e do dever, de si mesmo e dos outros, de participar contínua e activamente nos processos de tomada de decisões políticas. Refiro-me, por outro lado e sobretudo, ao alargamento dos princípios e regras democráticas — quer as que apontam para a promoção de espaços e meios de liberdade e iniciativa, quer as que apontam para a promoção de oportunidades iguais e a redução de desigualdades sociais, quer as que apontam para a promoção da participação popular — ao alargamento desses princípios e regras a outros domínios da vida colectiva que não o espaço político do Estado. As sucessivas descoincidências entre esferas sociais quanto ao seu grau de democratização — um regime representativo baseado no sufrágio universal, mas uma administração pública pouco democrática; uma cultura democrática induzida por instituições como as do sistema político e, também, pela escola de massas, travada pelo primado do autoritarismo, por exemplo, no sistema de emprego; uma cultura democrática mais marcada pela

aquiescência (passiva, se quisermos falar assim, mas sob condição de notar a crucialidade da adesão efectiva que por aqui se realiza) ao regime do que pela participação no seu aprofundamento e alargamento — todas geram tensões que constituem, hoje, um dos traços marcantes da sociedade portuguesa (cfr. Almeida, 1990: 50-60; Heimer *et al.*, 1990).

Terceiro tópico: o País tem conhecido, nos anos recentes, processos de modernização sócio-económica e sócio-cultural, mais avançados, como já sugerimos, os últimos do que os primeiros. E deve ser notado quanto o processo de integração europeia tem favorecido tais processos. A característica marcante tem sido, contudo, a reduzida amplitude deles, quer seja ela medida em termos geográficos quer em termos sociológicos. Por um lado, parecem circunscrever-se a fracções das classes médias urbanizadas, escolarizadas e terciarizadas, cujo peso demográfico, no conjunto da população, ainda é relativamente reduzido. Por outro lado, é claro que se trata de processos que não só se circunscrevem à região litoral do País e, aí, tocam sobretudo as duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, como reproduzem e agravam as profundas assimetrias regionais, penalizando todo o Interior, o Alentejo e a Serra algarvia, um largo território nacional que continua colocado numa situação global de subdesenvolvimento, e no qual se reproduzem ainda, internamente, assimetrias acentuadas, entre os seus raros centros urbano-administrativos e as restantes povoações (cfr. Gaspar *et al.*, 1987: 104-121; Almeida *et al.*, 1992: 110-117).

Assim, não parecendo haver alteração recente na tendência para a sangria demográfica do interior português, e tendo sido ela, aliás, perversamente favorecida por alguns sinais de aparente desenvolvimento, como a melhoria de vias e meios de comunicação e o aumento da escolarização, a imagem mais fidedigna da nossa sociedade continua a ser aquela que a estrutura regional de classes, apurada a partir dos valores do Recenseamento de 1981, permitia construir: estando o “ponto médio” do País numa aproximação específica entre concelhos de indústria e terciário tradicional e pequena agricultura, com duas marginalizações acentuadas — uma positiva, confinada quase aos pólos de Lisboa, Porto, Coimbra e algum litoral algarvio; a outra, negativa, que recobria o Alentejo do proletariado rural e as regiões norte-nhas de campesinato puro (Ferrão, 1985: 598-602).

Modernização confinada a grupos e espaços restritos, embora porventura em algum crescimento, ao mesmo tempo que depressão generalizada de um vasto território interior e penalização extrema de grupos sociais populares com forte raiz tradicional, com uma história cheia mas que parecem sem futuro (ou mesmo já sem lugar no nosso presente) — eis uma das características mais perturbantes da sociedade portuguesa da integração europeia.

Quarto e último tópico: por razões facilmente compreensíveis — para o crescimento económico da segunda metade da década de 80 muito contribuíram as transferências de fundos da Comunidade Europeia — a primeira fase do processo de integração desenrolou-se no quadro de uma atitude popular amplamente favorável. Como veremos de seguida, esta atitude prolonga e actualiza uma disposição histórica generalizada à abertura a oportunidades e meios sociais exógenos (estando, do ponto de vista sociológico, ao arrepio das coordenadas geográficas aparentes, incluída a Europa nessa exterioridade).

Claro que deve colocar-se a questão de saber se a integração plena de Portugal na União Europeia, o funcionamento efectivo do Mercado Único e a diminuição das transferências comunitárias não farão arrefecer o apoio popular — ou, com mais rigor, deve inquirir-se do conteúdo substantivo de tal apoio, que por vezes parece ser mais aquiescência (ou então, entusiasmo de recém-chegado) do que adesão. Mas não era esse o ponto que eu desejaria agora focalizar, antes dois outros, de dimensão histórico-cultural.

Colocando-os sob forma interrogativa, poderemos fazer duas perguntas. Numa dinâmica de transnacionalização, de desterritorialização e reterritorialização, na qual os movimentos induzidos pela economia dos bens e serviços (culturais inclusive) parecem mais acelerados do que as mudanças das coordenadas histórico-culturais de referência, como é que populações treinadas na identificação de base comunitária, associadas a lugares, a territórios próprios, se adequarão a situações que parecem valorizar menos esse tipo de identificação? E, por outro lado, aumentando previsivelmente a circulação de pessoas e grupos diferenciados e crescendo, em particular, a posição de Portugal como país de acolhimento para grupos de origem africana, vindos (ou talvez nem todos) das ex-colónias, que trarão consigo não só o ónus da subalternidade social como o da diferença étnica — como é que populações treinadas numa identifi-

3. A tradição como quadro da integração

cação comunitária de cariz tradicional, cuja pressão no sentido do conformismo e da proximidade sociocultural é bastante forte, se confrontarão com diferenças cruciais, não só étnicas, como sociais e culturais, em sentido forte, de novos grupos aqui aportados, em condição geralmente precária e dependente?

Como se vê, através deste levantamento apressado de tópicos que não esgotam a problematização prospectiva dos redimensionamentos e mudanças da sociedade portuguesa, no quadro da integração europeia, estamos bem longe das evoluções simples do fechamento para a abertura, da estagnação para o crescimento, ou da tradição para a modernidade.

Mas o caso português parece muito interessante ainda a outro título. Se pensarmos, sobretudo, na relação das nossas classes populares com as mudanças sociais recentes, mormente as associadas à integração europeia — e sob reserva de um melhor conhecimento, por enquanto escasso, sobre as novas classes médias obrigar, em breve, a reformulações —, não só temos de complexificar a relação conceptual entre tradição e mudança, como temos, principalmente, de notar quanto estruturas sociais e padrões de conduta que nos habituamos, com boas razões, a catalogar como tradição vão constituindo um dos mais importantes, se não o mais importante factor de assimilação relativamente eficiente das mudanças em curso.

Em termos gerais, o que proponho é um exercício reflexivo com base na seguinte hipótese. Se a integração europeia tem sido, pelo menos nesta fase (digamos, de 1986 a 1992) bem sucedida, o sucesso deve ser também, e quiçá sobretudo, imputado à dinâmica da nossa sócio-economia e da nossa sociocultura tradicional — esse “rés-do-chão” da vida colectiva, para usar a imagem clássica de Braudel. Porque o padrão de conduta, tradicional num sentido próprio, que ela configura é historicamente caracterizado por forte plasticidade, adaptabilidade e capacidade de actualização e transformação. E essas características, que favoreceram processos sociais cronologicamente anteriores, como a emigração histórica, a combinação entre pequena agricultura e ofícios, os movimentos de migração pendular, a industrialização difusa, a urbanização *in situ*, terão favorecido, agora, a assimilação e o aproveitamento de mudanças associadas à internacionalização económico-social, à globalização cul-

tural e à abertura política — e terão contido, em níveis reguláveis, as tensões atrás enunciadas, aceleradas por essas mudanças (entre relações de produção e de reprodução social, entre democratização política e não democratização social, entre modernização e assimetrias regionais, entre identificação comunitária e processos de transnacionalização/relocalização).

Ora, para tentar pensar prospectivamente, importará reter o que creio constituir a principal virtualidade e, ao mesmo tempo, o principal limite desse padrão de conduta tão enraizado nas nossas classes populares (e de origem popular). O princípio que nele tende a prevalecer é o princípio da adaptação — no sentido complexo que incorpora procedimentos de adequação de si próprio à situação enfrentada e da situação enfrentada a si próprio. É o princípio da manipulação goffmaniana, da adaptação e assimilação selectiva de mudanças recorrentemente encaradas e encenadas como exógenas, portadoras em simultâneo de ameaças à regulação comunitária tradicional e de oportunidades para que essa regulação possa conter ou depurar melhor os elementos sentidos como penalizadores (ou então, irremediavelmente perdidos) nas situações de partida. As migrações, internas e externas, tendencialmente submetidas às lógicas da pendularidade e da dipolaridade, constituem um exemplo flagrante e bem conhecido da aplicação e reprodução deste padrão. Mas não o esgotam — encontrámo-lo sucessivamente na relação face ao capitalismo, ao Estado, à escola, à indústria da informação e do lazer, etc.

Ao mesmo tempo, dizia, esta "força" é a sua principal "fraqueza" — se quisermos falar assim, embora o devamos fazer com muito cuidado. Porque o princípio de manipulação, de adequação reservada e selectiva mas também agudamente sensível às oportunidades de melhor-estar, consolida-se "à custa" do princípio de acção. Quero dizer que não só à aprendizagem histórico-cultural da atitude *táctica*, saber identificar e manipular oportunidades exógenas, não tem correspondido uma sensibilidade equivalente à atitude *estratégica*, acção activa no interior de estruturas e contextos sociais, endogeneização do exógeno e criação endógena de recursos, oportunidades e orientações — como também, e principalmente, que tem havido empiricamente uma relação tendencialmente exclusiva entre os dois princípios, o desenvolvimento do primeiro tem reduzido a sensibilidade ao segundo.

Poderiam ser convocados, para fins ilustrativos, vários domínios. Parecem-me relevantes, pelo menos, os quatro seguintes.

O primeiro é a emigração. Portugal é um país historicamente treinado na emigração e já na Idade Moderna, em plena expansão ultramarina, a diáspora portuguesa transbordava dos limites do Império. A emigração selectiva constituiu e constitui um dos principais meios usados em estratégias familiares de adequação entre populações e recursos disponíveis. A sua importância social tem sido notável, quer em termos de regulação e actualização das sócio-economias tradicionais (e, designadamente, evitando ou moderando a sua desestruturação radical), quer em termos de promoção de níveis mais elevados de bem-estar e modos de vida, quer em termos de aprendizagem cultural da abertura à diversidade e à pluralidade dos mundos possíveis. E, no entanto, estas mesmas características da emigração constituem um poderoso travão a dinâmicas de maior implicação profissional e social nas organizações e sociedades de acolhimento, agudizando os problemas de integração sobretudo às gerações mais novas, apanhadas na encruzilhada de um País de origem a que será menos provável regressar, mas se mantém como referência obsessiva na construção de identidades grupais, e de uma sociedade de acolhimento na qual a integração não parece adquirida. Por outro lado, em Portugal, se são visíveis os efeitos da emigração, da permanência da ligação à terra de origem e do retorno, no sentido do melhor-estar das populações e de alguma revitalização de regiões deprimidas, o facto de continuar a prevalecer uma estratégia familiar de mudança prudente e localizada, enquadrada por uma preocupação ampla de reprodução de modelos sociais tradicionais, dificulta que a emigração e o retorno se configurem como factores dinâmicos de modernização e desenvolvimento sócio-económico.

Outro domínio, estreitamente associado ao anterior, é a articulação, importante em grande parte do país industrializado, entre a industrialização mão-de-obra intensiva, designadamente a industrialização difusa no tecido rural, e a persistência e até alguma revitalização da pequena agricultura familiar, exercida, sobretudo, a título complementar. Pode afirmar-se que a pequena agricultura (e actividades económicas dela próximas, como a pequena produção e comércio por conta própria) tem sido um dos principais

pilares de suporte de grande parte da indústria portuguesa; e um dos principais factores de amortecimento de recentes crises industriais. A nossa indústria tem vivido da circunstância de a pequena agricultura e actividades análogas de tipo familiar cobrirem parte dos custos de reprodução da mão-de-obra e permitirem, portanto, a eficiência de padrões ancorados em baixa remuneração do factor trabalho. Mais uma vez, esta combinação não deixa de ser profundamente vulnerável, do ponto de vista económico, e de produzir efeitos perversos na perspectiva do bem-estar social e da regulação jurídico-política democrática, de que o trabalho infantil, a economia oculta e as múltiplas cumplicidades na prática da ilegalidade constituem exemplos particularmente salientes.

Um domínio em que creio ser muito nítida a tensão que considero é o da religiosidade. A Igreja *organiza*, desde os tempos anteriores à fundação da nacionalidade, o espaço social português. Tal facto, associado à forte prevalência entre nós de modelos vinculados à Contra-Reforma, tem dificultado a afirmação de formas culturais laicas. Assim, “o contraponto mais persistente aos interesses e aos movimentos da estrutura eclesiástica tem estado, desde há séculos, na religiosidade popular. A sua característica simbiose do sagrado e do quotidiano, o entendimento da relação com o sobrenatural no quadro simbólico da reciprocidade da troca e a dimensão comunitária e telúrica da vivência religiosa, têm produzido uma diferença cultural profunda” (Silva, 1991b: 62), que questiona e extravasa a religião oficial e tem constituído um dos principais vectores de estruturas e identificações de tipo comunitário. Contudo, o questionamento que produz não deixa de fazer-se no quadro de uma dependência estrutural face ao sistema cultural e organizativo dirigido pela hierarquia eclesiástica — o que explica, em certa medida, a particular violência recorrente do seu anticlericalismo devoto; e não deixa de reproduzir, a seu modo, as barreiras estruturais à afirmação quer de um pensamento religioso enquanto tal, quer de um pensamento laicizado, bem como à autonomização, nas representações colectivas, de um plano ético, no sentido estrito da palavra.

Poderemos convocar, enfim, o domínio das práticas, dos bens e dos serviços culturais. O modo de recepção pública e festiva, que tanto caracteriza o que podemos qualificar como pequena cultura popular — esse circuito local de estruturas, bens e actividades recreativas, lúdicas e criativas, em que a crescente dinâmica de mercantilização é tempe-

rada por uma persistente iniciativa benévola de raiz comunitária — é um dos principais elementos de diferença e retradução para com a oferta e a socialização oriundas das grandes indústrias do lazer. Mas tem-se revelado também difícil a comunicabilidade entre esta pequena cultura local e os universos e valores de práticas culturais mais vinculados aos padrões de uma cultura “média”, próxima do paradigma escolar, e, por maioria de razão, ao padrão de cultura cultivada; assim como a abertura aos valores da indústria de lazer mais afastados, no domínio da moral e da vida privada, do padrão tradicional de conduta. Assim, o leque de possibilidades exploráveis pela pequena cultura popular não deixa de ser reduzido, e forte a probabilidade de ficar presa das estratégias da indústria de entretenimento especificamente dirigidas ao público popular e das propostas de folclorização revivalista dos próprios valores e costumes tradicionais.

4. O futuro da tradição

Esta pequena incursão por alguns dos nós estruturais que mais caracterizam e condicionam a evolução recente da sociedade portuguesa, no quadro da plena integração europeia, terá chegado para mostrar a importância da perspectiva analítica da sociologia, para informar as discussões prospectivas sobre os presentes e os futuros possíveis do nosso país. Espero, sobretudo, ter conseguido sublinhar quanto é necessário abandonar alguns dos pressupostos mais tipicamente doutrinários que, do meu ponto de vista, têm empobrecido ou mesmo viciado aquelas discussões: a dicotomização simplista entre tradição e modernidade, como se se tratasse de dois estádios de evolução sucessivos e mutuamente exclusivos; a valorização acrítica como progresso e/ou fatalidade histórica dos elementos habitualmente conotados como modernos (a internacionalização, a urbanização, a terciarização, a quebra demográfica, a laicização, a cultura de massas, o “fim das ideologias”, o contratualismo político, a competição à escala mundial, etc., etc.); a estigmatização correlativa dos elementos habitualmente conotados como tradicionais (o padrão de conduta popular, a ruralidade, a religiosidade, a pequena agricultura, ou a indústria pesada, os partidos de classe, o movimento operário, etc.); ou então — que, embora menos frequente, emerge regularmente e constitui também obstáculo ao pensamento informado das questões prospectivas — a atitude simétrica que só muda o sentido das apreciações,

mantendo inalteráveis os termos de oposição (opondo, portanto, aos perigos da modernização a suposta áurea mediocridade do passado).

□ Não cabe à sociologia, nem a qualquer outra ciência social, reproduzir esotericamente ou substituir o discurso ideológico e político sobre as realidades sociais. Esse não é o seu registo. Mas o registo analítico que é o seu pode e deve incorporar, também, procedimentos de comunicação com os seus vários públicos, efectivos ou virtuais, decisores e activistas políticos, instituições do Estado, forças sociais, actores comuns. O trabalho, que me parece específico e distinto da investigação propriamente dita e do ensino, de difusão pública dos conhecimentos e das perspectivas sociológicas, será aqui crucial. Aliás, como escrevi noutro lugar, “difusão é palavra enganosa, porque sugere a circulação de produtos definidos previamente ao processo de circulação, e não é bem disso que se trata — mas sim do estímulo, bem complexo, da apropriação activa de princípios, métodos e resultados da sociologia por parte de não especialistas, de modo a que, pela argumentação e troca comunicacional, em situações de acção, seja possível também a informação esclarecida, tanto quanto o pode favorecer a ciência, dos actores sociais” (A. Santos Silva, 1993).

Ora, a temática que agora nos ocupa parece-me constituir uma excelente ilustração das possibilidades e das vantagens do cumprimento desse objectivo. Porque, como actores sociais, nós carecemos, urgentemente, de repensar a equação entre tradição e mudança, no quadro do nosso desenvolvimento possível como sociedade semiperiféria de certo tipo, porque crescentemente integrada num dos pólos centrais do sistema-mundo, embora integrada em posição dependente; e a análise sociológica do que são esta sociedade e este sistema-mundo e de como podemos pensá-los, ajudar-nos-á imenso na tarefa.

Poderíamos então terminar a nossa reflexão presente enunciando alguns princípios que materializassem essa contribuição.

O primeiro princípio preveniria de que lidamos com estruturas, grupos e padrões de conduta que, embora articulados, são diversificados. A reflexão prospectiva de nada valerá, então, se não possuir uma clara referência empírica, clara referência a uma realidade que não podemos expeditivamente reduzir a um qualquer esquema evolutivo, mas antes

se caracteriza (e enriquece) pela encruzilhada de tempos sociais, diferenciados e entrelaçados, pela pluralidade de mundos e representações e valores em acção; pelas experiências e as condições contrastantes de vários grupos e protagonistas sociais; pela presença transformada mas activa de diversos enraizamentos histórico-culturais; pela circulação de múltiplos e conflituais *possíveis*, horizontes e projectos colectivos.

Pensando, então, sobretudo, como o temos feito aqui, nos padrões de conduta tradicionalmente consolidados em meios populares portugueses e re-interrogando, com base nesta referência empírica, as dinâmicas de modernização, mudança e desenvolvimento, o segundo princípio afirmaria, enfaticamente, que a “tradição” (esses padrões de conduta que configuram uma nossa viva tradição, feita da pluralidade e da articulação de diferentes, mas intersecantes, modos de pensar, sentir e agir) não é um obstáculo ao desenvolvimento. Exprimo-me, claro, em termos globais, mas é exactamente nessa dimensão que importa explicitar o ponto: a tradição não pode ser tomada, sem mais, como um obstáculo a processos de modernização e de desenvolvimento.

Terceiro: a tradição tem sido, em Portugal, como em muitas outras sociedades aproximadas, um travão ao subdesenvolvimento. Se quisermos usar esses termos. Ou então, complexificando um pouco mais, como espero ter mostrado, padrões de conduta e recursos estruturais dos nossos actores comuns, e dos seus grupos e espaços sociais de pertença, têm constituído dos mais importantes e activos pilares de processos de assimilação selectiva e adequação recíproca a mudanças, de identificação e aproveitamento de oportunidades, de elaboração *táctica* de estratégias de reprodução e promoção social; assim como tem constituído dos mais importantes factores de amortecimento e superação de situações críticas, por relação a essas estratégias.

A tradição é um recurso de desenvolvimento. Por quatro razões principais. Porque a intensidade e a continuidade de padrões de valores, representações e modos de acção, que configuram uma tradição civilizacional, nos suscitam a reflexão ético-política sobre a modernidade desejável, e favorecem, designadamente, a capacidade de reapreender o significado dos termos em debate, mostrando que o que somos levados habitualmente a catalogar como pré-moderno encerra em si mesmo sinais de pós-modernidade ou outra

modernidade (e a pequena agricultura é, como tem salientado B. Sousa Santos, uma boa ilustração). Porque aquela mesma função de pilar e suporte de processos de promoção e amortecedor de crises é crucial em dinâmicas de desenvolvimento. Porque a plasticidade, a adaptabilidade e a transformatividade da tradição são também pontos de partida e meios indispensáveis nestas dinâmicas. E porque — eis um aspecto que me parece merecer mais atenção do que lhe temos dado — a tradição, como quadro de referência, é um instrumento cultural básico, não exclusiva ou predominantemente para contrariar ou resistir à mudança, mas sim, também, mais vezes do que habitualmente supomos, para apreender, compreender, incorporar e assim controlar, domesticar, *agarrar* a mudança (cfr. Silva, 1991a: 535-598).

Quarto princípio: a tradição *não* constitui automaticamente, por isto, factor de desenvolvimento. E este tópico parece-me tão crucial como os anteriores. O desenvolvimento não implica apenas a compreensão e a rentabilização da tradição, no sentido que tenho defendido aqui. Implica também a sua avaliação, a sua confrontação com outras linhas de estruturação das posições, dos trajectos e dos projectos sociais; e a sua recodificação num quadro futurante, que não se assuma nem como ruptura instantânea e brutal com ela, nem como continuação mimética fora de tempo. Só assim, creio, a impediremos de resvalar para o fechamento, a exclusão, evitaremos levá-la a afundar-se numa cultura subterrânea que depois só poderia exprimir-se pela irrupção vulcânica e fundamentalista.

A recodificação da tradição tem apenas sentido como recodificação da modernidade, da mudança e do desenvolvimento. Não pode dividir-se cartesianamente em fases sucessivas, rapidamente comunicáveis, o que há-de ser concebido como totalidade articulada. Na actual conjuntura da sociedade portuguesa, marcada pelo processo de integração europeia, em que nos é tão crucial conseguir uma "contabilidade positiva" (Santos, 1989: 39-41) e dinâmica dos nossos recursos, condições e projectos, essa recodificação prospectiva parece-me na ordem do dia. Que a in/formação sociológica se revelará, nela, bem útil, eis o que pretendi mostrar nesta ocasião. ■

Referências Bibliográficas

- 162 Almeida, João
Ferreira de 1990 *Portugal. Os Próximos 20 Anos*, vol. VIII, *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- Almeida, João
Ferreira de *et al.* 1992 *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Ferrão, João 1985 "Recomposição social e estruturas regionais de classe (1970-81)", *Análise Social*, 87-88-89: 565-604.
- Gaspar
Jorge *et al.*, 1987 *Portugal. Os Próximos 20 Anos*, vol. I, *A Ocupação e a Organização do Território. 1. Análise Retrospectiva e Tendências Evolutivas*, Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- Giddens, Anthony 1991 *Sociology* [1989], reimp., Cambridge, Polity Press.
- Heimer, Franz-
-Wilhelm; Vala, Jorge;
Viegas, Leite 1990 "Padrões de cultura política em Portugal: atitudes em relação à democracia", *Análise Social*, 105-106: 31-56.
- Lopes, Ernâni *et al.* 1989 *Portugal: o Desafio dos Anos Noventa*, Lisboa, Editorial Presença/Instituto Humanismo e Desenvolvimento.
- Petrella, Riccardo 1990 *Portugal. Os Próximos 20 Anos*, vol. VII, *Reflexões sobre o Futuro de Portugal (e da Europa)*, Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- Rodrigues,
Maria João 1991 *Competitividade e Recursos Humanos. Dilemas de Portugal na Construção Europeia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Santos, Boaventura
de Sousa 1989 "O social e o político na transição pós-moderna", *Revista de Comunicação e Linguagens*, 6/7: 25-48.
- Santos, Boaventura
de Sousa 1990a *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura
de Sousa 1990b *Onze Teses por Ocasão de mais uma Descoberta de Portugal*, Coimbra, *Oficina*, 11, Centro de Estudos Sociais.
- Silva, Augusto
Santos 1991a *Tempos Cruzados: um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, tese de doutoramento policopiada, Lisboa, I.S.C.T.E.
- Silva, Augusto
Santos 1991b "A cultura portuguesa numa perspectiva histórico-sociológica", in Vários, *Estudos de História Contemporânea Portuguesa. Estudos de Homenagem ao Professor Victor de Sá*: 61-67.
- Silva, Augusto
Santos 1992 "A contribuição da sociologia para programas de desenvolvimento", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Editorial Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia: 87-92.
- Wallerstein,
Immanuel 1991 *Geopolitics and Geoculture. Essays on the Changing World System*, Cambridge-Paris, Cambridge University Press
Maison des Sciences de l'Homme.